



RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO - 2019

Senhores Acionistas: A Administração da Claro Telecom Participações S.A. ("Claro Telecom" ou "Companhia") submete à apreciação dos Senhores Acionistas, Clientes, Fornecedores de Serviços e Produtos, Instituições Financeiras e à Sociedade em geral, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas, acompanhados do Relatório do Auditor Independente, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2019. **1 - Introdução:** A Companhia foi constituída em 27 de setembro de 2004, de acordo com o artigo 189 da Lei nº 9.472/97 - Lei Geral das Telecomunicações, sediada na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, e tem por objeto social exercer o controle de companhias exploradoras de serviços de telecomunicações. Tem como acionista controlador indireto a América Móvil S.A.B. de C.V. ("América Móvil"), uma sociedade organizada e existente de acordo com as leis do México. A Companhia, por meio de suas controladas diretas e indiretas, explora serviços de transmissão de voz, textos, dados, imagens, TV por assinatura, exploração de capacidade satelital e outros serviços em nível nacional e internacional, sendo todos esses negócios regulados pela Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL). A Companhia detém o controle direto ou indireto, principalmente, das seguintes controladas: Claro S.A. ("Claro") - empresa que atua no mercado de telecomunicações, principalmente, de telefonia móvel celular, telefonia local e de longa distância nacional e internacional ("STFC"), no Serviço Móvel Pessoal ("SMP"), em transmissão de dados ("SCM"), redes de telecomunicações, TV por assinatura ("SeAC") e serviços satelital. • Telmex do Brasil S.A. ("Telmex do Brasil") - empresa que presta serviços de comunicação de dados e de internet. • BrasilCenter Comunicações Ltda. ("BrasilCenter") - operadora de Call Center. • Americeel S.A. ("Americeel") - empresa que atua na implantação, operação e prestação de serviços de telecomunicações, bem como a compra, venda, locação, cessão de uso de meios e equipamentos a qualquer título, importação e a exportação de equipamentos e outros produtos, e prestação de serviços correlatos. • Reyç Comércio e Participações Ltda. ("Reyç") - empresa que atua na importação e venda de equipamentos. • Ideias Musicales, Servicios, Interactividad y Comunidad Audiovisuales, S.A. de C.V. (México) - que atua como importante provedor de conteúdo para as principais operadoras de telefonia celular e serviços de música. • Ideias Musicales de Colombia S.A.S. (Colômbia) - que atua como importante provedor de conteúdo para as principais operadoras de telefonia celular e serviços de música. Em 19 de setembro de 2019 a companhia adquiriu 40% da capital social da Ustore Software e Serviços de Informática S.A., empresa que atua em soluções de tecnologia da informação em ambientes Multi Cloud híbridos. Em 18 de dezembro de 2019 a acionista América Móvil concluiu a aquisição de 100% da Nextel Telecomunicações Ltda. e outras empresas a estas relacionadas, reforçando seu posicionamento na prestação de serviços de telecomunicações móveis no país. A aquisição da Nextel reforça a atuação mercadológica do grupo América Móvil no país, substancialmente nos dois principais centros urbanos, as cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro. Além de contribuir para o crescimento da base de assinantes e para maior geração de receita, a aquisição potencializa os diferenciais de nossa rede móvel, ao aliar ainda mais capacidade, cobertura e qualidade. • **Cenário Econômico:** Apesar das incertezas e do desequilíbrio estrutural das contas públicas, o governo federal, cercado de expectativas mais positivas, iniciou 2019 trabalhando em prol da aprovação de reformas constitucionais emergenciais, da contenção das despesas governamentais e da retomada do crescimento econômico em níveis mais robustos. Objetivando aquecer a economia, gerar empregos e estimular os investimentos, o governo fez sucessivas reduções da taxa básica de juros, que encerrou o ano de 2019 a 4,50% a.a., 30,8% abaixo da taxa de encerramento de 2018, que foi de 6,50% a.a. No entanto, os resultados obtidos no ano de 2019 ficaram abaixo das expectativas. A reforma da previdência, uma das mais importantes para o equilíbrio fiscal do país, foi aprovada somente no final do ano. Outras reformas estruturais importantes, como a administrativa e a tributária, ficaram para a agenda de 2020. A taxa de desemprego no país permaneceu muito alta ao longo do ano, afetando negativamente o consumo e pressionando o endividamento das famílias. O PIB do país cresceu 1,1%, menor avanço em três anos, afetado principalmente pela perda de ritmo no consumo das famílias e nos investimentos privados. A taxa de câmbio da moeda norte-americana encerrou 2019 cotada a R\$4,0307, 4,02% acima da taxa de 2018. O grande desafio para 2020 é buscar um nível de crescimento mais acelerado. No entanto, a expectativa de melhoria mais significativa da economia doméstica tem sido reduzida, pelo menos neste início de ano, em função de um cenário econômico mundial mais adverso, decorrente principalmente da expansão do COVID-19. A Administração está atenta, se organizando e tomando as medidas necessárias com vistas a minimizar os efeitos nos negócios da Companhia em decorrência do COVID-19. **2 - Desempenho Operacional:** A Companhia e suas controladas, apesar de todos os desafios decorrentes do cenário econômico no país, obtiveram em 2019 uma destacada performance operacional nos mercados em que atuam. **Serviços Móveis:** Dando continuidade à sua estratégia de investimentos na rede móvel, aliada ao lançamento de produtos inovadores e à melhor experiência do cliente, a Claro continua liderando o crescimento no segmento pós-pago tendo crescido 1,5 p.p. de Market Share nos últimos doze meses, alcançando 25% de participação de mercado em dezembro de 2019, um aumento de 4 milhões de linhas na comparação anual. A base de assinantes do segmento pré-pago alcançou 27 milhões em dezembro de 2019. Mesmo em um cenário de redução do número total de linhas ativas, nosso portfólio de pré-pago continua atraiendo clientes qualificados, com crescimento de ARPU, e sendo uma importante fonte de geração para nossos planos controle. Encerramos o ano com um total de 54,5 milhões de clientes móveis, mantendo a liderança na portabilidade por uma grande margem, registrando um recorde no volume de portabilidade numérica. A Claro se destaca desde o lançamento e aceleração implantação do 4.5G no Brasil, e recentemente obteve as melhores avaliações na Pesquisa Anual de Qualidade da ANATEL. Possui a melhor cobertura 4.5G, com 71,1% da população beneficiada por uma rede móvel de melhor performance. **Serviços Residenciais de dados e banda larga:** A Claro seguiu liderando o mercado de banda larga no Brasil com 9,4 milhões de clientes - participação de mercado de 28,3%. Como resultado do investimento constante para incrementar a velocidade de nossas conexões, no segmento de "ultrabroadband" (conexões acima de 34 Mbps) alcançamos 5,9 milhões de acessos, mantendo nossa sólida liderança com 47,0% de participação de mercado neste segmento, tendo capturado 35,8% do crescimento em 2019, equivalente a mais de 1,7 milhões de clientes. Nossa presença no FTTH (Fiber to the Home) alcançou 68 novas cidades, com expressiva participação de mercado nessas localidades. **TV por assinatura:** A Claro é o provedor líder de serviços de TV por assinatura para clientes residenciais no Brasil, com aproximadamente 7,8 milhões de clientes em 31 de dezembro de 2019, equivalente a 49,2% de participação de mercado, disponibilizando a maior oferta de conteúdo no país. Nossa plataforma VOD (Video On Demand) alcança 60 mil títulos e mais de 1 milhão de transmissões em 2019. A Claro oferece pacotes integrados de serviços, incluindo serviços *quad-play*, que combinam TV por assinatura, internet banda larga, serviços de telefonia móvel e serviços de telefonia fixa. Na plataforma DTH (Direct To Home), seguimos com a estratégia de focar em melhoria da rentabilidade e em base de clientes mais qualificada através da Claro TV. **Telefonia Fixa, Serviços e Produtos:** A telefonia fixa convencional, que permite ao usuário fazer chamadas locais, de longa distância e internacionais para qualquer telefonia, encerrou 31 de dezembro de 2019 com cerca de 9,7 milhões de linhas e está disponível em todo o território nacional. A rede de cabos submarinos da Claro atinge todos os continentes, para fornecer serviços de telecomunicações. Para completar a sua rede, a Claro utilizou sistemas de micro-onde de longa distância, em áreas onde a instalação de cabos de fibra óptica é mais difícil, além de uma frota de satélites para fornecer serviços para locais remotos no interior do país. Também oferece serviços de telefonia local para seus clientes residenciais Claro Fixo, via tecnologia sem fio CDMA. A Companhia também oferece serviços de conexão de cabos de fibra óptica de até 31,3 milômetros por casa. **Mercado Corporativo:** Mantivemos sólida liderança em receitas e participação de mercado para grandes clientes corporativos em voz, dados, internet, redes gerenciadas e mobilidade. Adicionamos 15,6 mil novos acessos de banda larga e 843,1 mil novos acessos de M2M (Machine to Machine)/IoT (Internet Of Things). Além disso, continuamos a acelerar o crescimento em serviços de TI, com aumento significativo nas vendas de soluções digitais. Seguimos com nosso foco em ser reconhecido e valorizado pelos nossos clientes como um *Trusted Advisor*, tanto em telecomunicações quanto em TI, com fortalecimento de nosso Portfólio Corporativo B2B (Business To Business), lançamos várias novas soluções, tais como: i. Serviços de Segurança - Soluções para mitigação de ataques cibernéticos, protegendo as empresas das ameaças de um mundo cada vez mais conectado, integrado e virtualizado. Adicionalmente, suportamos as empresas a se adequarem à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). ii. *Customer Experience* - Soluções completas e integradas em múltiplos canais, para garantir mais qualidade e interação, viabilizando uma nova experiência no atendimento aos clientes. iii. *Serviços de Valor Agregado* - Oferecemos soluções que proporcionam maior eficiência aos nossos clientes, agregando Automação, Analytics, Inteligência Artificial e Serviços Gerenciados Integrados. iv. IT & Telecom - Adequação de nossas Redes e Infraestrutura para suportar a entrega de serviços convergentes (TIC) e personalizados, com melhor performance e relação custo x benefício. v. *Big Data & Analytics* - A Embratel é pioneira na oferta de soluções baseadas em *Big Data & Analytics*, através do uso de dados combinado com técnicas de *machine learning* para produção de análises descritivas e preditivas. Disponibiliza soluções de análise comportamental para proteção ao crédito, prevenção de fraudes, planejamento urbano, além de modelos estatísticos para apontamento de potenciais regiões para abertura de negócios. Soluções estas em conformidade com a nova Lei LGPD. **Satélites de Comunicação:** A Companhia atua no mercado satelital de duas formas: com o fornecimento de soluções de telecomunicações completas diretamente aos seus clientes (círculos para dados e voz, internet e televisão) e por meio de sua Unidade Embratel Star One, anteriormente Star One S.A., incorporada à Claro S.A. em 2018, fornecendo capacidade satelital para diferentes aplicações como televisão (banda C e banda Ku), redes em banda larga e telefonia, no âmbito do Brasil e América Latina. Em 2017, a empresa assinou contrato para a construção de um novo satélite, o Star One D2, com previsão da entrada em operação comercial no segundo semestre de 2020. O D2 será equipado com Banda Ka para atender às demandas de *backhaul* de telefonia celular, Plano Nacional de Banda Larga e mercado corporativo. Também será equipado com as bandas C e Ku, complementando as ofertas de capacidade para demandas de dados, vídeo e internet de clientes corporativos e governo, além de ampliar as redes de *backhaul* celular existentes em Banda Ku. O Star One D2 ocupará a posição orbital de 70° W e também garantirá a continuidade dos serviços em Banda C e Ku do Star One C2, incluindo TV por assinatura. O novo satélite atenderá a órgãos do governo e grandes empresas que atuam no Brasil e em todas as Américas do Sul e Central, incluindo o México. O alcance das novas coberturas do satélite Star One D2 soma-se ao dos satélites já em operação, Star One C1, C2, C3, C4 e D1, refletindo a visão da empresa em expandir negócios de provimento de capacidade satelital em toda a América Latina, fortalecendo sua posição de liderança regional. **3 - Setor de Telecomunicações Regulatório:** A Companhia, por meio de suas controladas, desenvolve atividades sujeitas à regulamentação e fiscalização da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL). Ao longo de 2019, foram publicados importantes regulamentos como o novo Regulamento de Qualidade dos Serviços de Telecomunicações - RQSL, que introduziu um modelo consolidado de prestação de serviços para todos os serviços (em substituição a 4 regulamentos), trazendo o conceito da regulação Responsiva, com uma linguagem mais próxima a visão usuário/cliente por meio de selos que definem a qualidade das prestadoras além da importante adequação dos regulamentos de uso das faixas de 2,3GHz e 3,5GHz, fundamentais para que o próximo leilão ocorra já considerando a melhor opção para a plena utilização das faixas. Em 2019 também foi sancionada a Lei 13.879/2019, que atualiza diversos preceitos da Lei Geral das Telecomunicações (Lei 9.472/2019), entre eles, a possibilidade de adaptação da modalidade de outorga de serviço de telecomunicações de concessão para autorização, bem como a possibilidade de prorrogação do prazo de vigência das outorgas. No campo das telecomunicações por satélite, a lei traz duas importantes alterações no sentido de ajustar os procedimentos de conferência e prorrogação de direitos de exploração, buscando adaptar-se às práticas internacionais. A Companhia enviou muitos esforços no atendimento das obrigações regulatórias e ampliação das oportunidades de desenvolvimento do setor, tendo, ao final de 2018, obtido junto com os demais membros do GIREP (Grupo de Implantação do Processo de Redistribuição e Digitalização de Canais de TV e RTV) a liberação total da faixa de 700MHz para implementação do LTE em todos os municípios brasileiros. **4 - Governança Corporativa:** Governança Corporativa é a execução de uma gestão empresarial que respeita os interesses de todos os públicos que se relacionam com a Companhia e suas controladas, particularmente seus acionistas. Para isso, a Claro Telecom dispõe de instrumentos normativos, como Estatuto Social, Políticas, Normas, Atas de Reunião e Código de Ética, entre outros, que estabelecem os principais critérios de decisão da Diretoria e permitem ao público acompanhar o processo decisório de forma transparente. • **Atendimento à Lei Sarbanes Oxley ("SOX")** - a Companhia mantém nível adequado de controle interno e, na condição de investidor relevante da América Móvil, suporta o acionista controlador, que é listado na NYSE (New York Stock Exchange), no cumprimento das exigências da Lei SOX. A Administração da Claro Telecom avalia que a aplicação das exigências da SOX traz relevantes benefícios aos negócios, à medida que contribuiu para a sedimentação da cultura de controles internos. • **Conselho de Administração** - é composto por 3 membros, todos eleitos em Assembleia Geral. • **Código de Ética** - reflete a expressão do compromisso empresarial com os mais altos níveis éticos de desempenho e conduta organizacional. Missão, visão, valores e princípios integram o Código, que descreve os comportamentos alinhados aos objetivos e ao modelo de gestão da empresa. O Código de Ética também está alinhado com a Lei Brasileira Anticorrupção nº 12.846/2013 e a Lei Americana Anticorrupção FCPA. O Comitê de Ética reúne-se periodicamente para avaliar as questões éticas levantadas. **5 - Investimentos:** Investimentos no país: A Companhia possui gestão

comprometida com a alta qualidade dos serviços focando sempre na inovação e no desenvolvimento tecnológico. Em 2019, a Companhia investiu R\$6,8 bilhões, direcionados principalmente para ampliação e modernização de nossa infraestrutura de rede e para instalação de serviços prestados a clientes. **6 - Desempenho Financeiro:** Algumas empresas do grupo no Brasil, principalmente a Embratel TVSat Telecomunicações S.A., sempre embarca sob a mesma gestão não têm seus resultados consolidados pela Claro Telecom. Os resultados das operações no Brasil divulgados pelo acionista controlador, por sua vez, contemplam eliminações de transações entre companhias do grupo, além de certas reclassificações para fins de divulgação. A partir de 1º de janeiro de 2019 passou a vigorar uma nova norma contábil - IFRS 16/PC06, que, em termos gerais, requer que os arrendatários reconheçam os ativos e passivos decorrentes de arrendamentos, passando o resultado a refletir os encargos da depreciação e financeiros sobre os ativos e passivos reconhecidos. Por essa razão, os resultados aprovados sob esta nova norma não são totalmente comparáveis aos divulgados em anos anteriores. Para melhor entendimento dos resultados, veja o quadro abaixo:

Em R\$ milhões	4T19			4T18			12M19			12M18		
	Receita	EBITDA	% EBITDA	Receita	EBITDA	% EBITDA	Receita	EBITDA	% EBITDA	Receita	EBITDA	% EBITDA
Claro Participações	9.020,8	3.603,2	39,9%	8.045,7	3.464,3	43,1%	35.210,2	14.046,3	39,9%	32.261,9	12.537,1	38,9%
Outras empresas não consolidadas	331,7	(5)		1.063,7	(214)		1.326,4	(78)		3.635,2	68,1	
Consolidado Claro Brasil	9.352,5	3.597,8	38,5%	9.109,4	3.249,9	35,7%	36.536,6	13.968,8	38,2%	35.897,1	12.605,2	35,1%
Eliminação de transações intercomparhias e reclassificações	(55)	(117)		(89)	(165)		(206)	(441)		(237)	(509)	
Consolidado Claro Brasil - divulgação América Móvil	9.298,0	3.481,3	37,4%	9.020,7	3.084,9	34,2%	36.330,7	13.527,4	37,2%	35.660,0	12.096,2	33,9%

Os dados financeiros apresentados e comentados a seguir consolidam os resultados de todas as empresas que compõem a estrutura societária do grupo no Brasil ("Consolidado Claro Brasil" ou "Claro Brasil").

RS Milhões	4T19	4T18	%	12M19	12M18	%
Receita líquida Total	9.352,5	9.109,4	3,3%	36.536,6	35.897,1	1,8%
Serviços	8.919,5	8.631,9	2,7%	34.997,0	34.198,9	2,3%
Receitaável e Outros	3.304,2	2.809,4	17,6%	12.370,7	11.000,0	12,5%
Receita fixa e Móvel	5.615,3	5.822,5	-3,6%	22.626,3	23.198,9	-2,5%
Aparelhos	332,0	332,4	-0,1%	1.123,3	1.103,9	1,8%
Interconexão	101,0	145,1	-30,4%	416,3	594,3	-29,9%
EBITDA	3.597,8	3.249,9	10,7%	13.968,8	12.605,2	10,8%
Margem EBITDA	38,5%	35,7%	2,8 p.p.	38,2%	35,1%	3,1 p.p.
EBITDA recorrente	3.597,8	3.121,5	15,3%	13.968,8	11.958,9	16,8%
Margem EBITDA recorrente	38,5%	34,3%	4,2 p.p.	38,2%	33,3%	4,9 p.p.

A receita líquida total cresceu 2,7% no quarto trimestre de 2019 em relação ao mesmo período de 2018. A receita de serviços móveis cresceu 17,6% no quarto trimestre de 2019 em relação ao mesmo período de 2018. Destaque para a receita de serviços pós-pago, impulsionada por planos com voz ilimitada, internet de alta qualidade e serviços digitais, como Claro Música e Claro Vídeo, de alto valor agregado. Em relação aos serviços fixos, destaques para a banda larga residencial, que segue em ritmo de crescimento acelerado, tendo crescido 10% no 4º trimestre de 2019 quando comparado ao mesmo período de 2018. Alinhamos o quarto trimestre de 2019 um margem EBITDA de 38,5%, mantendo nossa meta de melhoria contínua da rentabilidade dos negócios, com a busca incessante de otimização dos custos, principalmente através de ganhos de eficiência operacional e digitalização de processos. Descontando os efeitos da adoção da norma contábil IFRS16 e de eventos não recorrentes em 2018, a margem EBITDA em 2019 cresceu 0,9 p.p. na comparação do acumulado do ano. **7 - Relacionamento com Auditores Independentes:** Os trabalhos de auditoria das demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS) emitidas pela *International Accounting Standards Board* - IASB e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil foram realizadas pela empresa Baker Tilly 4Partners Auditores Independentes S.S. para a Claro Telecom e a empresa Ernst & Young Auditores Independentes S.S. para as suas controladas. Em atendimento à Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, informamos que no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, os auditores independentes e/ou suas partes relacionadas, que prestam serviços para a Claro Telecom e suas controladas, não realizaram quaisquer serviços não vinculados a auditoria externa que representassem mais de 5% dos honorários contratados anualmente. A política adotada atende aos melhores princípios de governança que preservam a independência do auditor, de acordo com critérios internacionalmente aceitos, quais sejam: (i) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente; (iii) o auditor não deve promover os interesses do seu cliente. Os auditores da Baker Tilly 4Partners Auditores Independentes S.S. e Ernst & Young Auditores Independentes S.S. e suas partes relacionadas declaram à Companhia que estes outros serviços não relacionados com a auditoria: (i) foram prestados por equipes especializadas e totalmente distintas da equipe responsável pela realização dos serviços de auditoria das demonstrações financeiras, e (ii) que não afetam a independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria externa, não existindo, portanto, qualquer vínculo ou situação de fato que configurasse conflito de interesses que inviabilizaria o exercício da sua atividade de forma independente. **8 - Responsabilidade Social: Instituto Claro e Responsabilidade Social Corporativa:** Alinhando serviços e ações sociais para criar experiências que possam transformar a vida das pessoas, o Instituto Claro acredita que conexão é uma palavra-chave para transformar o mundo. As tecnologias da informação e da comunicação conectam pessoas e comunidades, formando pontes para o conhecimento e para o entretenimento e são também importantes ferramentas no desenvolvimento humano e social. Os projetos e iniciativas do Instituto são direcionados para dois pilares, educação e cidadania, e seu portal traz cobertura aprofundada de questões relacionadas a estas áreas. Com conteúdo exclusivo, o Instituto Claro democratiza o acesso à informação de qualidade em diferentes formatos, como reportagens, podcasts e vídeos, e disponibiliza planos de aula gratuitamente. A seguir destacamos algumas iniciativas do Instituto Claro: **Educação:** EducoNext®: leva internet de qualidade e TV por assinatura para escolas, capacita professores e coordenadores pedagógicos para o uso de novas tecnologias digitais em sala de aula e oferece conteúdo atualizado e exclusivo online. Inovação: incentivo ao empreendedorismo de jovens e startups ligados a soluções *mobile* e investindo na formação profissionalizante em telecomunicações. **Cidadania:** Os projetos valorizam o desenvolvimento humano e incentivam a participação dos colaboradores da Claro e familiares em ações sociais, buscando desenvolver as comunidades onde a empresa atua. **Parceria Unicef:** O Instituto é parceiro do Fundo das Nações Unidas (Unicef) no combate à distorção idade-sexo, problema que atinge 7 milhões de jovens estudantes no país, principalmente negros e indígenas. A intenção é construir uma rede que combata essa desigualdade nas escolas, por meio de uma solução digital que disponibilize dados da escolaridade nos ensinos médio e fundamental. Além do monitoramento, a ferramenta pretende identificar boas práticas de ensino e criar novas parcerias com a sociedade civil para beneficiar estudantes e professores. **Site:** O portal do Instituto traz cobertura aprofundada de questões relacionadas às áreas de educação e cidadania. Com conteúdo exclusivo, o Instituto Claro democratiza o acesso a informação de qualidade em diferentes formatos como reportagens, podcasts e vídeos e disponibiliza planos de aula gratuitamente. **Doação pelo controle remoto da Claro NET HD:** Todos os anos, o SBT e a ABCD realizam o Teletón, exercício de sua atividade de forma independente. **9 - Sustentabilidade Social:** O Instituto Claro acredita que conexão é uma palavra-chave para transformar o mundo. As tecnologias da informação e da comunicação conectam pessoas e comunidades, formando pontes para o conhecimento e para o entretenimento e são também importantes ferramentas no desenvolvimento humano e social. Em 2019, com o apoio do Instituto, os clientes Claro NET HD puderam participar e doar diretamente o controle remoto de sua TV por assinatura, pelo terceiro ano consecutivo. **Diálogos:** Em 2019, o Instituto Claro promoveu o evento "Diálogos Gigantes" que teve jovens de instituições parceiras como protagonistas. Além de construírem um manifesto, eles participaram de um debate sobre "Ideias que transformam: inovação e tecnologia para um futuro sustentável" que contou com a participação de um representante da ONU. **Conexão Voluntária:** Em 2019, com o apoio do Instituto Claro, a Claro lançou o programa Conexão Voluntária, construído junto com seus colaboradores. A plataforma une os voluntários cadastrados a necessidades das instituições parceiras. **Selo de Status Associativo:** O Instituto Claro é qualificado como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) pelo Ministério da Justiça e é reconhecido pelo *Department of Global Communications das Nações Unidas (DGC/ONU)*, com o selo de Status Associativo, que nos classifica como uma entidade sem fins lucrativos que promove ações em concordância com a Carta das Nações Unidas. Essa conquista reforça o compromisso que temos de contribuir localmente com os programas globais da ONU e a fim de promover os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030. **9 - Recursos Humanos:** Valorizar as pessoas é a uma das premissas para manter um ritmo de crescimento forte, sustentável e, principalmente, para alcançar os objetivos estratégicos estabelecidos pelo negócio. Em um ambiente de mudanças constantes como o setor de Telecomunicações, as pessoas precisam estar preparadas para interpretar a leitura dos cenários e oportunidades em planos de ação efetivos. Ao longo de 2019, a Claro deu continuidade a seu processo de transformação em busca de uma atuação cada vez mais digital e multisserviços, tendo o cliente e o colaborador no centro de suas ações. Para gerar e impulsionar esse movimento, a área de Recursos Humanos exerceu um papel fundamental, promovendo transformações importantes nos processos de atração e retenção de talentos, comunicação, treinamento e desenvolvimento. Alinhada à sua cultura organizacional, que valoriza a inovação, a Companhia investiu em uma plataforma digital que permite aos colaboradores gerar e serem protagonistas de suas próprias carreiras, por meio de uma experiência diferenciada. A Claro se mantém atenta em oferecer a melhor experiência na jornada dos colaboradores, construindo um ótimo ambiente onde todos tenham orgulho de trabalhar e pertencer. **Agradecimentos:** Sempre em busca de novos desafios, agradecemos a todos com quem nos relacionamos, aos funcionários de todas as empresas controladas por esta Companhia pelo indispensável comprometimento e empenho no nosso desenvolvimento contínuo, à confiança de nossos clientes, ao apoio dos acionistas, dos governos, dos nossos fornecedores e à parceria de toda a comunidade.

Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Em milhares de reais)									
Notas	Controladora		Consolidado		Notas	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018		2019	2018	2019	2018
Ativo									
Circulante									
Caixa e equivalentes de caixa	4	431	419	197.722	92.883				
Contas a receber, líquidas	5	-	-	4.856.934	4.820.123				
Partes relacionadas	15	38.962	45.689	1.444.680	2.482.539				
Estoques	6	-	-	291.674	331.582				
Tributos a recuperar, líquidos	7.1	8.763	32.010	589.328	2.989.061				
Despesas antecipadas	-	-	-	993.052	782.981				
Outros ativos contratuais	-	-	-	224.789	262.830				
Ativo atuarial	16	-	-	135.928	-				
Outros ativos	-	-	-	211.695	230.219				
				48.156	78.118	8.945.802	11.992.220		
Não circulante									
Tributos a recuperar, líquidos	7.1	48.108	24.976	2.006.662	1.824.937				
Tributos diferidos, líquidos	7.2	-	-	7.562.178	7.686.607				
Partes relacionadas	15	1.515.000	1.515.000	-	-				
Depósitos judiciais	14	710	695	3.463.592	3.379.191				
Ativo atuarial	16	-	-	205.176	393.675				
Despesas antecipadas	-	-	-	1.171.524	921.117				
Outros ativos contratuais	-	-	-	11.883	21.951				
Outros ativos	5	5.627	21.896	88.004	180.184				
Investimentos	8	8.699.443	8.386.392	784.219	997.531				
Imobilizado	9	-	-	41.534.306	33.536.282				
Intangível	10	63.020	63.020	10.209.726	10.449.245				
				10.331.908	10.011.979	67.037.270	59.380.720		
Total do ativo				10.380.064	10.090.097	75.963.072	71.382.940		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DA CONTROLADORA E CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Em milhares de reais)									
Saldos em 31 de dezembro de 2017	Reservas de lucros		Outros resultados abrangentes	Lucro (prejuízo) acumulado	Patrimônio líquido	Participação dos acionistas não controladores	Patrimônio líquido consolidado	Patrimônio líquido consolidado	
	Capital social	Perdas em transações de capital						2019	2018
Saldo inicial da adoção da IFRS15	9.509.569	-	(709.662)	(1.310.868)	7.431.901	7.085.223	14.517.124	-	-
Saldo inicial em 01 de janeiro de 2018	9.509.569	-	(709.662)	(939.961)	399.961	429.183	829.144	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	(310.997)	7.831.862	7.514.406	15.346.268	-	-
Variação cambial sobre investimento líquido em controlada no exterior	-	-	-	(54)	306.246	745.578	1.051.824	-	-
Atualização do passivo atuarial, líquido (Nota 16)	-	-	-	(7.747)	-	(168)	(222)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	9.509.569	-	(709.662)	(64.939)	(604.661)	8.130.307	16.379.837	-	-
Perda de participação em controlada (Nota 8)	-	-	-	-	-	(16.269)	(16.2		



Claro Telecom Participações S.A.

CNPJ nº 07.043.628/0001-13



continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

As demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

4. Caixa e equivalentes de caixa
Controladora Consolidado
2019 2018 2019 2018

Quantidade total de ações (lotes de mil)
% de participação
Lucro líquido (prejuízo) do exercício
Patrimônio líquido

Resumo da Demonstração de Resultados:
2019 2018
Receita operacional, líquida
Custos e despesas operacionais

Caixa compreende numerário em espécie e depósitos bancários disponíveis. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins.

Os investimentos no consolidado estão compostos como seguem:
Tvsat - Investimento
Ustore Software e Serviços de Informática S.A. (1)
Outros

Incorporação Claro Corporata: Em AGE realizada em 02 de setembro de 2019, foi aprovada a incorporação da Claro Corporate pela TDB. A incorporação estava inserida em um projeto de redução de custos operacionais e administrativos, associada a uma otimização da estrutura societária.

5. Contas a receber, líquidas:
Controladora Consolidado
2019 2018 2019 2018

(1) Em 19 de setembro de 2019, a controlada Claro adquiriu 203.101 ações ordinárias de emissão da Ustore Software e Serviços de Informática S.A. ("Ustore"), representativas de 40% (quarenta por cento) do capital social volante e total. O acordo de Acionistas prevê uma opção de compra e venda com relação a totalidade das ações remanescentes disponíveis conforme os termos e condições previstos.

Em AGE realizada em 18 de dezembro de 2018, foi aprovada a incorporação da Star One pela controlada Claro. A incorporação estava inserida em um projeto de redução de custos operacionais e administrativos, associada a uma otimização da estrutura societária.

A seguir apresentamos os montantes a receber de clientes, por idade de vencimento:
Vencidas:
De 1 a 30 dias
De 31 a 60 dias
De 61 a 90 dias
Mais de 90 dias

Resumo do Balanço Patrimonial:
Ativo circulante
Ativo não circulante
Total do ativo
Passivo circulante
Passivo não circulante
Patrimônio líquido

Em AGE realizada em 18 de dezembro de 2018, foi aprovada a incorporação da Star One pela controlada Claro. A incorporação estava inserida em um projeto de redução de custos operacionais e administrativos, associada a uma otimização da estrutura societária.

A movimentação do saldo de provisão para perdas de crédito esperadas é como se segue:
Controlado
2019 2018

9. Imobilizado: a) Movimentação de imobilizado:
Custo
Equipamentos de transmissão
Infraestrutura
Equipamentos de comutação

Consolidado
Direito de uso
Saldo em 31/12/2019
Adições
Baixas
Transferências (1)

6. Estoques:
Estoque de aparelhos para revenda
Materiais para manutenção de rede e assistência técnica
Estoque de simcards e acessórios para revenda
Outros

Vida útil estimada em anos
Equipamentos de transmissão
Infraestrutura
Equipamentos de comutação

Consolidado
Direito de uso
Saldo em 31/12/2019
Adições
Baixas
Transferências (1)

A movimentação da provisão para perdas em estoques é como segue:
Controlado
2019 2018

Fluxo de Caixa
Contribuição do arrendamento
PIS/COFINS (9,25%)
Incidente sobre os contratos firmados com pessoas jurídicas.

Consolidado
Direito de uso
Saldo em 31/12/2019
Adições
Baixas
Transferências (1)

7.1 Tributos a recuperar, líquidos:
ICMS a recuperar (1)
Imposto de renda retido na fonte (2)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar (3)
PIS/COFINS (4)
FINSOCIAL (5)
CPMF pago indevido (6)
Outros

Fluxo de Caixa
Contribuição do arrendamento
PIS/COFINS (9,25%)
Incidente sobre os contratos firmados com pessoas jurídicas.

Consolidado
Direito de uso
Saldo em 31/12/2019
Adições
Baixas
Transferências (1)

ICMS a recuperar (1)
Imposto de renda retido na fonte (2)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar (3)
PIS/COFINS (4)
FINSOCIAL (5)
CPMF pago indevido (6)
Outros

Fluxo de Caixa
Contribuição do arrendamento
PIS/COFINS (9,25%)
Incidente sobre os contratos firmados com pessoas jurídicas.

Consolidado
Direito de uso
Saldo em 31/12/2019
Adições
Baixas
Transferências (1)

ICMS a recuperar (1)
Imposto de renda retido na fonte (2)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar (3)
PIS/COFINS (4)
FINSOCIAL (5)
CPMF pago indevido (6)
Outros

Fluxo de Caixa
Contribuição do arrendamento
PIS/COFINS (9,25%)
Incidente sobre os contratos firmados com pessoas jurídicas.

Consolidado
Direito de uso
Saldo em 31/12/2019
Adições
Baixas
Transferências (1)

ICMS a recuperar (1)
Imposto de renda retido na fonte (2)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar (3)
PIS/COFINS (4)
FINSOCIAL (5)
CPMF pago indevido (6)
Outros

Fluxo de Caixa
Contribuição do arrendamento
PIS/COFINS (9,25%)
Incidente sobre os contratos firmados com pessoas jurídicas.

Consolidado
Direito de uso
Saldo em 31/12/2019
Adições
Baixas
Transferências (1)

ICMS a recuperar (1)
Imposto de renda retido na fonte (2)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar (3)
PIS/COFINS (4)
FINSOCIAL (5)
CPMF pago indevido (6)
Outros

Fluxo de Caixa
Contribuição do arrendamento
PIS/COFINS (9,25%)
Incidente sobre os contratos firmados com pessoas jurídicas.

Consolidado
Direito de uso
Saldo em 31/12/2019
Adições
Baixas
Transferências (1)

ICMS a recuperar (1)
Imposto de renda retido na fonte (2)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar (3)
PIS/COFINS (4)
FINSOCIAL (5)
CPMF pago indevido (6)
Outros

Fluxo de Caixa
Contribuição do arrendamento
PIS/COFINS (9,25%)
Incidente sobre os contratos firmados com pessoas jurídicas.

Consolidado
Direito de uso
Saldo em 31/12/2019
Adições
Baixas
Transferências (1)

ICMS a recuperar (1)
Imposto de renda retido na fonte (2)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar (3)
PIS/COFINS (4)
FINSOCIAL (5)
CPMF pago indevido (6)
Outros

Fluxo de Caixa
Contribuição do arrendamento
PIS/COFINS (9,25%)
Incidente sobre os contratos firmados com pessoas jurídicas.

Consolidado
Direito de uso
Saldo em 31/12/2019
Adições
Baixas
Transferências (1)

ICMS a recuperar (1)
Imposto de renda retido na fonte (2)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar (3)
PIS/COFINS (4)
FINSOCIAL (5)
CPMF pago indevido (6)
Outros

Fluxo de Caixa
Contribuição do arrendamento
PIS/COFINS (9,25%)
Incidente sobre os contratos firmados com pessoas jurídicas.

Consolidado
Direito de uso
Saldo em 31/12/2019
Adições
Baixas
Transferências (1)

ICMS a recuperar (1)
Imposto de renda retido na fonte (2)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar (3)
PIS/COFINS (4)
FINSOCIAL (5)
CPMF pago indevido (6)
Outros

Fluxo de Caixa
Contribuição do arrendamento
PIS/COFINS (9,25%)
Incidente sobre os contratos firmados com pessoas jurídicas.

Consolidado
Direito de uso
Saldo em 31/12/2019
Adições
Baixas
Transferências (1)

ICMS a recuperar (1)
Imposto de renda retido na fonte (2)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar (3)
PIS/COFINS (4)
FINSOCIAL (5)
CPMF pago indevido (6)
Outros

Fluxo de Caixa
Contribuição do arrendamento
PIS/COFINS (9,25%)
Incidente sobre os contratos firmados com pessoas jurídicas.

Consolidado
Direito de uso
Saldo em 31/12/2019
Adições
Baixas
Transferências (1)

ICMS a recuperar (1)
Imposto de renda retido na fonte (2)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar (3)
PIS/COFINS (4)
FINSOCIAL (5)
CPMF pago indevido (6)
Outros

Fluxo de Caixa
Contribuição do arrendamento
PIS/COFINS (9,25%)
Incidente sobre os contratos firmados com pessoas jurídicas.

Consolidado
Direito de uso
Saldo em 31/12/2019
Adições
Baixas
Transferências (1)

ICMS a recuperar (1)
Imposto de renda retido na fonte (2)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar (3)
PIS/COFINS (4)
FINSOCIAL (5)
CPMF pago indevido (6)
Outros

Fluxo de Caixa
Contribuição do arrendamento
PIS/COFINS (9,25%)
Incidente sobre os contratos firmados com pessoas jurídicas.

Consolidado
Direito de uso
Saldo em 31/12/2019
Adições
Baixas
Transferências (1)

ICMS a recuperar (1)
Imposto de renda retido na fonte (2)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar (3)
PIS/COFINS (4)
FINSOCIAL (5)
CPMF pago indevido (6)
Outros

Fluxo de Caixa
Contribuição do arrendamento
PIS/COFINS (9,25%)
Incidente sobre os contratos firmados com pessoas jurídicas.

Consolidado
Direito de uso
Saldo em 31/12/2019
Adições
Baixas
Transferências (1)

ICMS a recuperar (1)
Imposto de renda retido na fonte (2)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar (3)
PIS/COFINS (4)
FINSOCIAL (5)
CPMF pago indevido (6)
Outros

Fluxo de Caixa
Contribuição do arrendamento
PIS/COFINS (9,25%)
Incidente sobre os contratos firmados com pessoas jurídicas.

Consolidado
Direito de uso
Saldo em 31/12/2019
Adições
Baixas
Transferências (1)

ICMS a recuperar (1)
Imposto de renda retido na fonte (2)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar (3)
PIS/COFINS (4)
FINSOCIAL (5)
CPMF pago indevido (6)
Outros

Fluxo de Caixa
Contribuição do arrendamento
PIS/COFINS (9,25%)
Incidente sobre os contratos firmados com pessoas jurídicas.

Consolidado
Direito de uso
Saldo em 31/12/2019
Adições
Baixas
Transferências (1)

ICMS a recuperar (1)
Imposto de renda retido na fonte (2)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar (3)
PIS/COFINS (4)
FINSOCIAL (5)
CPMF pago indevido (6)
Outros

Fluxo de Caixa
Contribuição do arrendamento
PIS/COFINS (9,25%)
Incidente sobre os contratos firmados com pessoas jurídicas.

Consolidado
Direito de uso
Saldo em 31/12/2019
Adições
Baixas
Transferências (1)

ICMS a recuperar (1)
Imposto de renda retido na fonte (2)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar (3)
PIS/COFINS (4)
FINSOCIAL (5)
CPMF pago indevido (6)
Outros

Fluxo de Caixa
Contribuição do arrendamento
PIS/COFINS (9,25%)
Incidente sobre os contratos firmados com pessoas jurídicas.

Consolidado
Direito de uso
Saldo em 31/12/2019
Adições
Baixas
Transferências (1)

ICMS a recuperar (1)
Imposto de renda retido na fonte (2)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar (3)
PIS/COFINS (4)
FINSOCIAL (5)
CPMF pago indevido (6)
Outros

Fluxo de Caixa
Contribuição do arrendamento
PIS/COFINS (9,25%)
Incidente sobre os contratos firmados com pessoas jurídicas.

Consolidado
Direito de uso
Saldo em 31/12/2019
Adições
Baixas
Transferências (1)

ICMS a recuperar (1)
Imposto de renda retido na fonte (2)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar (3)
PIS/COFINS (4)
FINSOCIAL (5)
CPMF pago indevido (6)
Outros

Fluxo de Caixa
Contribuição do arrendamento
PIS/COFINS (9,25%)
Incidente sobre os contratos firmados com pessoas jurídicas.

Consolidado
Direito de uso
Saldo em 31/12/2019
Adições
Baixas
Transferências (1)

ICMS a recuperar (1)
Imposto de renda retido na fonte (2)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar (3)
PIS/COFINS (4)
FINSOCIAL (5)
CPMF pago indevido (6)
Outros

Fluxo de Caixa
Contribuição do arrendamento
PIS/COFINS (9,25%)
Incidente sobre os contratos firmados com pessoas jurídicas.

Consolidado
Direito de uso
Saldo em 31/12/2019
Adições
Baixas
Transferências (1)

ICMS a recuperar (1)
Imposto de renda retido na fonte (2)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar (3)
PIS/COFINS (4)
FINSOCIAL (5)
CPMF pago indevido (6)
Outros

Fluxo de Caixa
Contribuição do arrendamento
PIS/COFINS (9,25%)
Incidente sobre os contratos firmados com pessoas jurídicas.

Consolidado
Direito de uso
Saldo em 31/12/2019
Adições
Baixas
Transferências (1)

ICMS a recuperar (1)
Imposto de renda retido na fonte (2)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar (3)
PIS/COFINS (4)
FINSOCIAL (5)
CPMF pago indevido (6)
Outros

Fluxo de Caixa
Contribuição do arrendamento
PIS/COFINS (9,25%)
Incidente sobre os contratos firmados com pessoas jurídicas.

Consolidado
Direito de uso
Saldo em 31/12/2019
Adições
Baixas
Transferências (1)

ICMS a recuperar (1)
Imposto de renda retido na fonte (2)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar (3)
PIS/COFINS (4)
FINSOCIAL (5)
CPMF pago indevido (6)
Outros

Fluxo de Caixa
Contribuição do arrendamento
PIS/COFINS (9,25%)
Incidente sobre os contratos firmados com pessoas jurídicas.

Consolidado
Direito de uso
Saldo em 31/12/2019
Adições
Baixas
Transferências (1)

Claro Telecom Participações S.A.

CNPJ nº 07.043.628/0001-13



continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Em milhares de reais, exceto se mencionado de outra forma)

de perda desta causa é classificada como possível pela Administração e seus consultores jurídicos. As controladas Claro e Americal possuem ainda autuações fiscais decorrentes de crédito indevido de ICMS incidente sobre a energia elétrica utilizada como insumo em seus estabelecimentos operacionais no valor de R\$2.673,67 em 31 de dezembro de 2019 (R\$3.741,01 em 31 de dezembro de 2018), classificadas como possíveis de perda por seus consultores jurídicos. b) CSLL/IRPJ: As controladas Claro e Americal possuem contingências fiscais de IRPJ e CSLL, em 31 de dezembro de 2019 no valor de R\$3.515.757 (R\$3.498.931 em 31 de dezembro de 2018), do qual R\$871.366 foi classificado como perda provável (R\$852.498 em 31 de dezembro de 2018) e R\$2.644.391 classificado pela Administração e seus consultores jurídicos como possíveis (R\$2.546.433 em 31 de dezembro de 2018). Dentro das contingências de IRPJ e CSLL, destacamos: a) controlada Claro possui exigência fiscal, oriunda de dezembro de 2019 e o restante do IRPJ e CSLL sobre as receitas decorrentes do tráfico de drogas no valor de R\$290.268 (R\$285.464 em 31 de dezembro de 2018), cuja probabilidade de perda é classificada pela Administração e seus consultores jurídicos como provável, tendo sido constituída provisão pelo valor integral. A controlada Claro possui contingência fiscal referente à exigência de IRPJ e CSLL resultantes da amortização supostamente indevida do ágio pago em aquisições de investimentos, no montante de R\$2.415.891 em 31 de dezembro de 2019 (R\$2.147.037 em 31 de dezembro de 2018). Em julgamento realizado no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, a exigência fiscal foi julgada parcialmente improcedente e o crédito não foi finalizado, o que implicará na redução de cerca de 70% do montante total da exigência fiscal. Após decisão em 1ª instância administrativa, a Companhia constituiu provisão de parte do valor envolvido no montante total de R\$113.936 (R\$109.926 em 31 de dezembro de 2018), sendo o valor restante, no montante de R\$2.301.955 (R\$2.037.111 em 31 de dezembro de 2018), classificado como possível de perda pela Administração e seus consultores jurídicos.

Empresa	Referência	Parte Relacionada	Taxes efetivas		Vencimento (1)	31/12/2017	Captações	Consolidado			
			a.a.	a.a.				Pagamentos (2)	Juros Provisão de Juros (2)		
Claro	c.2)	Finance B.V.	10,50%	Amov	26 de fevereiro de 2021	-	332.140	(4.000)	(27.892)	28.275	328.523
Claro	c.3)	Finance B.V.	10,50%	Amov	28 de dezembro de 2020	434.186	-	(2.000)	(46.140)	46.138	432.184
TdB	c.4)	Finance B.V.	10,80%	Amov	14 de março de 2020	274.620	-	-	(30.035)	30.035	274.620
Claro	c.5)	Finance B.V.	10,50%	Amov	15 de março de 2020	3.149.608	-	(1.345.498)	(1.542.459)	1.314.318	1.575.969
Claro	c.5)	Finance B.V.	11,50%	Amov	20 de dezembro de 2017	21.913.114	-	(1.556.718)	(1.042.369)	1.438.075	20.753.102
						25.771.528	332.140	(2.908.216)	(2.688.895)	2.857.841	23.364.398

Empresa	Referência	Parte Relacionada	Taxes efetivas		Vencimento (1)	31/12/2018	Captações	Consolidado			
			a.a.	a.a.				Pagamentos (2)	Juros Provisão de Juros (2)		
Claro	c.1)	Finance B.V.	6,75%	Amov	17 de julho de 2019	-	148.500	(148.500)	(5.073)	5.073	-
Claro	c.1)	Finance B.V.	6,80%	Amov	16 de agosto de 2019	-	132.000	(132.000)	(4.813)	4.813	-
Claro	c.1)	Finance B.V.	6,85%	Amov	17 de setembro de 2019	-	225.000	(225.000)	(8.809)	8.809	-
Claro	c.2)	Finance B.V.	10,50%	Amov	26 de fevereiro de 2021	328.523	-	(328.140)	(15.415)	15.302	-
Claro	c.3)	Finance B.V.	10,50%	Amov	15 de janeiro de 2020	432.184	-	(431.680)	(21.705)	20.801	-
Claro	c.4)	Finance B.V.	7,85%	Amov	28 de dezembro de 2020	274.620	-	(275.689)	(13.139)	13.719	-
TdB	c.4)	Finance B.V.	10,80%	Amov	14 de março de 2020	274.620	-	(274.291)	(1.646)	1.317	-
Claro	c.5)	Finance B.V.	10,50%	Amov	15 de março de 2020	1.575.969	-	(1.427.602)	(149.587)	133.708	132.488
Claro	c.5)	Finance B.V.	11,50%	Amov	20 de dezembro de 2017	20.753.102	-	(62.326)	(2.364.199)	2.363.395	20.689.972
Claro	c.6)	Finance B.V.	6,55%	Amov	15 de janeiro de 2021	-	158.300	(158.300)	(5.242)	5.242	-
Claro	c.7)	Finance B.V.	7,85%	Amov	20 de dezembro de 2021	-	404.880	-	-	9.270	414.150
						23.364.398	1.344.369	(3.463.528)	(2.589.808)	2.581.179	21.236.610

(1) Todos os contratos listados acima são sem garantias. (2) Em 2019 e 2018, a controlada Claro liquidou juros e antecipou a liquidação parcial de alguns contratos de empréstimos com a Amov Finance B.V. c.1) Em 17 de janeiro de 2019, a controlada Claro contratou empréstimos no valor total de R\$505.500. Estes empréstimos foram utilizados para compor o repêrimento de passivos da Companhia. No decorrer de 2019, a Companhia efetuou o pagamento total destes contratos. c.2) Em 29 de março e 28 de fevereiro de 2018, a controlada Claro contratou empréstimos no valor de R\$166.000 e R\$166.140 respectivamente. Estes empréstimos foram utilizados integralmente para compor o repêrimento de passivos da Companhia. No decorrer de 2019, a Companhia antecipou o pagamento do principal de R\$328.140. c.3) O contrato da controlada Claro, cujo vencimento ocorreria dia 29 de dezembro de 2017, foi refinanciado com a Amov Finance B.V. com vencimento para 28 de dezembro de 2020 e taxa de juros fixa de 10,50% a.a. No decorrer de 2019, a Companhia antecipou o pagamento do principal de R\$431.680. c.4) Em 17 de janeiro de 2019, através de um contrato de assunção de dívida, do saldo do contrato da TdB no valor de R\$274.290, a controlada Claro assumiu a dívida que a TdB tinha com a Amov Finance B.V., pelo valor total de R\$275.689, obtendo redução da taxa de juros e alterando o seu vencimento. Em agosto de 2019 a controlada Claro prô pagou R\$166.467 de principal e em 18 de setembro de 2019, o valor principal de R\$109.222 e juros de R\$2.413 foram incorporados a um novo contrato mantendo as mesmas condições do contrato original. c.5) Em março de 2017, a controlada Claro fez uma reestruturação da dívida, com a quitação integral de 14 contratos de dívida junto a Amov Finance B.V. no valor de R\$593.700 (R\$593.700 em 31 de dezembro de 2018) e a contratação de quatro novos contratos de dívida junto a Amov Finance B.V. no valor de R\$27.310.661 em prazo de sete e dez anos, conforme abaixo:

Devedor	Valor (R\$)	Taxa	Vencimento
Claro S.A.	10.000.000	11,50% a.a.	15 de março de 2027
Claro S.A.	9.000.000	11,50% a.a.	15 de março de 2027
Claro S.A.	5.000.000	11,50% a.a.	15 de março de 2027
Claro S.A.	3.310.661	10,50% a.a.	14 de março de 2024

No decorrer de 2019, a controlada Claro efetuou pagamentos no montante de R\$1.489.328, sendo antecipados o pagamento parcial destes contratos no valor de R\$446.025. c.6) Em 18 de junho de 2019, a controlada Claro contratou empréstimo no valor total de R\$158.300. Este empréstimo foi utilizado para compor o repêrimento de passivos da Companhia. c.7) No dia 18 de setembro de 2019, a controlada Claro firmou com a Amov Finance B.V. um contrato de empréstimo com o refinanciamento de juros no valor de R\$404.880. Este valor refere-se à parcela de juros vencidos nesta mesma data no valor de R\$ 293.245 referente aos contratos descritos no c.5), e ao saldo de principal e juros totalizando R\$111.635 referente ao contrato descrito no c.4). **Debêntures:** Em 27 de julho de 2018, a controlada Claro realizou a 8ª emissão de 151.500 debêntures quinquenárias (oitava emissão) privada, não conversíveis em ações, de valor nominal unitário de R\$10.000,00 (dez mil reais), totalizando R\$1.515.000 de principal, remuneradas a 105% do CDI, juros a serem pagos semestralmente a partir de janeiro de 2019, e prazo de 3 anos, com vencimento final em julho de 2021. Nesta mesma data, a Companhia adquiriu a totalidade dessas debêntures.

	Consolidado	
	2019	2018
Salário	13.097	10.716
Benefícios diretos e indiretos	834	633
Participação nos resultados	11.887	7.964
Outros	876	870
Total	26.694	20.183

16. Planos de benefício pós-emprego: Demonstrativo de movimentação no consolidado:

	Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
Saldo inicial	393.671	220.258
Outros resultados abrangentes	2.223	150.996
Avaliação Plano Benefício Definido	35.825	22.421
Reccebimentos efetuados	(90.619)	-
Saldo final	341.104	393.675
Circulante	135.928	-
Não circulante	205.176	393.675

Saldo inicial: Outros resultados abrangentes: 1.059.227; 1.269.630; Atualizações atuariais: 61.862; 178.319; Custo dos serviços e juros, líquidos: 136.992; 129.309; Pagamentos efetuados: (89.784); (70.601); **Saldo final**: 2.373.814; 1.509.227; Circulante: 14.583; 16.216; Não circulante: 2.359.249; 1.493.011. As controladas Claro, TdB e Americal são patrocinadoras de planos de benefícios pós-empregos aos seus empregados, quais sejam: (i) Plano de Benefício Definido ("PBD") e Plano de Assistência Médica ("AMAP") para os aposentados participantes do PBD; incorporado Embratel; (ii) Plano de Contribuição Variável ("PCV"); controladas Claro, TdB e Americal; (iii) Plano de saúde; controladas Claro e Americal; e (iv) Plano Gerador de Benefício Livre ("PGBL"); controladas Claro e Americal. As controladas Claro e Americal oferecem plano de saúde a seus empregados, que representa um passivo atuarial no desligamento ou aposentadoria em função da Lei 9.656/98, que garante a continuidade, temporária ou vitalícia, dependendo do tempo de contribuição e se enquadram com benefícios pós-emprego. A exceção dos planos de saúde oferecidos aos atuais empregados, os demais planos de benefícios previdenciários e de assistência médica, mencionados acima, constituem-se nos únicos benefícios pós-emprego concedidos aos empregados. Por conta das obrigações com o AMAP e plano de saúde, a Companhia possui obrigações, no passivo não circulante consolidado, que somavam R\$2.359.249 em 31 de dezembro de 2019. O montante de contribuições projetadas para o AMAP no exercício de 2020 é de R\$22.648. Em 30 de abril de 2014, foi aprovada pela Superintendência de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social ("PREVIC"), alteração do regulamento do PBD, e publicada no Diário Oficial no dia 02 de maio de 2014. A alteração regulamentar, aprovada também pelo Conselho Deliberativo da Telcel e com a anulação das patrocinadoras, consiste na exclusão de uma das fontes de custeio do mesmo, ou seja, a eliminação da contribuição mensal dos assistidos, tendo em vista a existência de Reserva Especial (montante decorrente do resultado superavitário, para revisão do plano de benefícios, de acordo com o artigo 8º da Resolução CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008), bem como da elaboração de estudo atuarial que constatou a possibilidade de não mais haver a contribuição mensal dos assistidos sem que isso cause qualquer impacto ao plano. Em 31 de dezembro de 2019, a posição consolidada de participantes do PBD era: 2 ativos, 3.184 aposentados e pensionistas. As controladas Claro e Americal oferecem aos seus funcionários a possibilidade de participar do plano de previdência privada do tipo PGBL, por intermédio do Icatu Hartford até 30 de abril de 2009, que administrava os fundos de investimentos. A partir de 1º de maio de 2009, a ITAUPREV passou a ser a administradora do Plano de Previdência Privada Complementar. Os valores que dizem respeito à parte da Companhia já foram integralmente transferidos. As reservas dos associados ou ex-associados que não fizeram opção de portabilidade, continuam com os seus valores no Icatu Hartford. A partir de 1º de janeiro de 2015 foi implantado o novo Plano de Previdência Privada junto à Telcel, entidade fechada de previdência privada, e pessoa jurídica de direito privado, de fins previdenciários, assistenciais e não lucrativos, com autonomia patrimonial, administrativa e financeira, tendo sede no Rio de Janeiro. O plano da ITAUPREV está mantido somente para aqueles já inscritos até 31 de dezembro de 2014. O PCV foi instituído pela Telcel, revisto pelo Governo Federal e aprovado em 19 de novembro de 1998. A modalidade do plano é variável e a contribuição da patrocinadora para participantes inscritos antes de 31 de outubro de 2014 é de 1% a 8% e para inscritos após esta data é de 1% a 7% do salário aplicável do participante (mesmo percentual de contribuição do empregado sobre o salário-base, livremente escolhido pelo participante), além da contribuição extraordinária prevista no regulamento do plano para financiamento das despesas administrativas e do saldo de conta projetada, para benefícios nos casos de incapacidade e morte do participante em atividade. Em 1º de setembro de 1999, foi assinado o termo de reconhecimento, confissão, aceitação e amortização de insuficiência atuarial, firmado entre a incorporada Embratel e a Telcel e aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar. Pelas cláusulas do termo, a insuficiência atuarial reconhecida em favor das Telcel deve ser paga no prazo máximo de 20 anos, com base no fluxo mensal de concessão de benefícios aos funcionários assistidos pelo PCV. O saldo da dívida deste termo é reajustado mensalmente com base no maior valor entre o retorno dos ativos da carteira da Telcel no mês de referência e a meta atuarial. O referido valor do passivo junto à Telcel, atualizado para 31 de dezembro de 2019, montante à importância de R\$14.563 no circulante e R\$1.801 no não circulante. Em 20 de dezembro de 2018, a controlada Claro firmou o primeiro termo aditivo ao termo de reconhecimento, confissão, aceitação e amortização de insuficiência atuarial, prorrogando o vencimento do saldo de dívida por mais 10 anos, passando a vencer em dezembro de 2028. Em 12 de agosto de 2014, foi aprovado pela PREVIC - Superintendência de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social o novo regulamento do PCV, que entrou em vigor a partir do dia 01 de novembro de 2014. As regras então vigentes estarão resguardadas para todos os participantes inscritos no PCV até o dia 31 de outubro de 2014, bem como os patrocinadores manterão todos as obrigações previstas no respectivo Estatuto e Regulamento. Em 31 de dezembro de 2019 a posição consolidada de participantes do PCV era: 6.420 ativos, 4.130 aposentados e pensionistas. O montante de contribuições projetadas para o exercício de 2020 é de R\$2.415. O valor do principal é pago no mês em que o participante se aposenta, se torna inabilitado, técnico, resgata ou porta recursos do plano. Os compromissos assumidos com benefícios pós-emprego são avaliados atuarialmente ao final de cada exercício, pelo atendente externo, em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 33 - Benefícios a Empregados. Segue abaixo o saldo dos ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras, consolidadas:

	2019		
	AMAP e plano de saúde	PBD	PCV
Ativo (passivo) de benefícios	(2.330.151)	(2.729.098)	(2.107.453)
Valor presente das obrigações atuariais	6.990	4.017.288	2.381.159
Valor justo dos ativos	(2.323.161)	1.288.190	2.371.759
Superávit (déficit) do plano	-	(947.908)	(274.457)
Efeito da restrição dos ativos do plano (superávit irrecuperável)	-	-	751
Plano de benefício ativo, líquido	-	-	(16.364)
Dívida contratada	-	-	(16.364)
Total do passivo atuarial	(2.323.161)	341.104	(16.364)

	2018		
	AMAP e plano de saúde	PBD	PCV
Saldo inicial	(1.252.032)	(2.095.041)	(1.520.542)
Custo do serviço corrente	(15.537)	-	(630)
Custo dos juros	(203.846)	(203.846)	(143.628)
Ganho/perdas atuariais	(179.017)	(233.360)	(140.622)
Benefícios pagos para ativos do plano	66.200	186.190	122.241
Saldo final	(1.499.146)	393.675	(18.158)

	2019		
	AMAP e plano de saúde	PBD	PCV
Saldo inicial	5.472	3.741.272	2.093.484
Rendimentos sobre ativos do plano	521	331.514	184.026
Retorno dos ativos do plano superior (inferior) à taxa de desconto	997	293.586	234.179
Contribuições da patrocinadora	88.342	(90.619)	3.834
Benefícios pagos	(88.342)	(258.465)	(134.364)
Saldo final	6.990	4.017.288	2.381.159

	2018		
	AMAP e plano de saúde	PBD	PCV
Saldo inicial	(1.252.032)	(2.095.041)	(1.520.542)
Custo do serviço corrente	(15.537)	-	(630)
Custo dos juros	(203.846)	(203.846)	(143.628)
Ganho/perdas atuariais	(179.017)	(233.360)	(140.622)
Benefícios pagos para ativos do plano	66.200	186.190	122.241
Saldo final	(1.499.146)	393.675	(18.158)

	2019		
	AMAP e plano de saúde	PBD	PCV
Saldo inicial	5.472	3.741.272	2.093.484
Rendimentos sobre ativos do plano	520	337.225	187.029
Retorno dos ativos do plano superior (inferior) à taxa de desconto	(768)	184.984	122.597
Contribuições da patrocinadora	66.774	-	5.752
Benefícios pagos	(66.200)	(186.190)	(122.241)
Saldo final	5.472	3.741.272	2.093.484

Seguem as movimentações do efeito da restrição dos ativos do plano (superávit irrecuperável) para os seguintes planos:

	2019		2018	
	PBD	PCV	PBD	PCV
Saldo inicial	(1.001.540)	(407.846)	(1.089.954)	(381.326)
Rendimentos sobre ativos do plano, líquido	(91.140)	(37.114)	(110.957)	(38.819)
Efeito da restrição dos ativos do plano do período	145.954	170.503	199.371	12.299
Saldo final	(947.086)	(274.457)	(1.001.540)	(407.846)

Na tabela abaixo, apresenta-se o fluxo de caixa projetado para as obrigações dos seguintes planos:

ANO	AMAP e plano de saúde	PBD	PCV
2020	87.497	287.171	151.861
2021	97.610	293.500	155.600
2022	108.072	240.352	159.213
2023	119.021	213.222	162.835
2024	130.000	215.222	165.886
2025 a 2029	811.057	1.083.782	867.818

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado, para os planos são:

	2019		2018	
	AMAP e plano de saúde	PBD	PCV	
Custo do serviço corrente	(6.331)	-	(624)	-
Juros líquido passivo (ativo)	(132.161)	(35.825)	(64)	-
	(138.492)	(35.825)	(688)	-

Principais premissas atuariais utilizadas:

- a) Fatores econômicos:
 - (i) Taxa de desflação: 9,10% a.a.
 - (ii) Taxa anual de inflação a longo prazo: 4,00% a.a.
 - (iii) Crescimento dos custos médicos: 5,50% a 10,50% a.a.
 - (iv) Crescimento dos custos médicos por faixa etária: 4,00% a.a.
 - (v) Custo médico anual, aos 65 anos de idade: R\$11.297(1)
- b) Fatores biométricos:
 - (i) Tábua de mortalidade geral: PBD, AMAP e plano de saúde: CSO 80 e PCV: CSO 58
 - (ii) Tábua de mortalidade de inválidos: UP 84 Modificada (2)
 - (iii) Tábua de entrada em invalidez: Nula
 - (iv) Rotatividade: Nula
 - (v) Tábua específicas por sexo: Nula

Análise de sensibilidade: As principais premissas ponderadas utilizadas para a análise de sensibilidade do saldo das obrigações dos planos, são como segue:

	2019		2018	
	AMAP e plano de saúde	PBD	PCV	
Taxa de desconto	(132.161)	(35.825)	(64)	-
Crescimento dos custos médicos	(138.492)	(35.825)	(688)	-

Plano de benefícios

	2019		2018	
	AMAP e plano de saúde	PBD	PCV	
Ativos	6.990	4.017.288	2.381.159	-
Fundos de investimento	100,00%	94,35%	94,21%	-
Investimentos imobiliários	-	5,31%	0,00%	-
Outros	-	0,33%	0,7	



contrapartes. Da mesma forma, os saldos de instrumentos financeiros aproximam-se do seu valor justo e estão registrados de acordo com as taxas pactuadas com as contrapartes, e em conformidade com os preços divulgados pelo Agente Fiduciário Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários para cada ativo. O valor justo é calculado por fluxo de caixa descontado, e os recebimentos e pagamentos referem-se às previsões de fluxo de caixa no período. Para determinação do valor justo dos empréstimos, financiamentos e debêntures conforme abaixo, a Companhia utilizou taxa de juros para descontar fluxos de caixa estimados, quando aplicável, baseadas na curva do CDI. Segue a classificação dos principais instrumentos financeiros:

Consolidado 2019			
Classificação	Hierarquia de valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	(1)	Nível 1	197.722
Contas a receber	(2)	Nível 2	4.856.934
Depósitos judiciais	(1)	Nível 1	3.463.592
			8.518.248
Passivo			
Fornecedores e outras contas a pagar	(2)	Nível 2	9.795.088
Passivo de arrendamento	(2)	Nível 2	6.126.360
Mútuos com partes relacionadas	(2)	Nível 2	21.236.610
Notas promissórias	(2)	Nível 2	2.455.078
Debêntures	(2)	Nível 2	5.184.486
			44.797.622

Segue abaixo quadro demonstrativo de análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Administração, originado por instrumentos financeiros, ao qual a Companhia esteja exposta na data de encerramento das demonstrações financeiras consolidadas:

Operação	Posição em 31/12/2019	Ganho/(perda)		
		Cenário I provável	Cenário II	Cenário III
Queda do US\$				
Fornecedores	353.433	17.672	88.358	176.717
Outros (Ativos-Passivos)	(34.292)	(1.715)	(8.573)	(17.146)
		15.957	79.785	159.571
Total Alta do US\$				
Fornecedores	353.433	(17.672)	(88.358)	(176.717)
Outros (Ativos-Passivos)	(34.292)	1.715	8.573	17.146
		(15.957)	(79.785)	(159.571)

d) **Risco da taxa de juros:** Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures captados no mercado. Na data de encerramento do exercício, a Administração considerou relevantes os seguintes cenários:

	Cenário I	Cenário II
CDI em 31/12/2019	4,40%	4,40%
	CDI + 20%	CDI - 20%
	5,28%	3,52%

Abaixo quadro demonstrativo de análise de sensibilidade considerado relevante pela Administração, originado por instrumentos financeiros, ao qual a Companhia esteja exposta na data de encerramento das demonstrações financeiras consolidadas:

Operação	Posição em 31/12/2019	Ganho/(perda)	
		Cenário I	Cenário II
Divida indexada a CDI	R\$7.639.564	(91.439)	100.848
A Companhia e suas controladas não têm pactuados contratos de derivativos para fazer hedge contra este risco. Porém, a Companhia e suas controladas monitoram continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas. e) Risco de crédito: O risco surge da possibilidade de a Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes, revendedores de aparelhos celulares ("dealers") e distribuidores de cartões pré-pago. A ANATEL requer que o serviço de telefonia celular esteja disponível a todos os interessados independentemente da renda e da ordem em que sejam recebidas as inscrições. O risco de crédito com relação às contas a receber dos serviços de telefonia móvel celular, TV por assinatura, internet banda larga e telefonia fixa é diversificado por conta da pulverização da base de assinantes. Para reduzir esse tipo de risco, a Companhia e suas controladas realizam análise de crédito, para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência e monitora as contas a receber de assinantes, interrompendo a capacidade de originar chamadas, visualizar o sinal de TV por assinatura e conectar a internet, caso o cliente deixe de realizar seus pagamentos, de acordo com as normas da ANATEL. A política de vendas de aparelhos e distribuição de cartões pré-pagos da Companhia e suas controladas estão intimamente associadas ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. Com respeito a lojas e distribuidores, a Companhia e suas controladas mantêm limites de crédito individuais, com base em análise de potencial de venda, histórico de risco e inadimplência. A seletividade de seus clientes, diversificação de sua carteira de recebíveis e o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas e limites de posição são procedimentos que a Companhia e suas controladas adotam a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência de seus parceiros comerciais. f) Risco de liquidez: O risco de liquidez da Companhia é representado pelo risco de encurtamento nos recursos destinados para pagamento de dívidas. A tabela abaixo demonstra a estimativa dos pagamentos contratuais da dívida de longo prazo existente em 31 de dezembro de 2019.			

Consolidado		
2019	2018	
Caixa e equivalentes de caixa	197.722	92.883
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(7.639.564)	(6.638.413)
Endividamento líquido	7.441.842	6.545.530
Patrimônio líquido	17.324.340	16.379.837
	43,0%	40,0%

c) **Risco de taxa de câmbio:** Este risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio. Na data de encerramento do exercício, a Administração considerou relevantes os seguintes riscos: *Risco de queda do dólar*

	Dólar - 5%	R\$3.8292
Cenário I		
Cenário II	Dólar - 25%	R\$3.0230
Cenário III	Dólar - 50%	R\$2.0154
Risco de alta do dólar		
Cenário I	Dólar + 5%	R\$4.2322
Cenário II	Dólar + 25%	R\$5.0384
Cenário III	Dólar + 50%	R\$6.0461

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Oscar von Hauske Solis
Presidente do Conselho de Administração
Roberto Catalão Cardoso
Membro Titular
Antonio Oscar de Carvalho Petersen Filho
Membro Titular

DIRETORIA

José Antônio Guaraldi Félix
Diretor Presidente
José Formoso Martínez
Diretor
Roberto Catalão Cardoso
Diretor de Relações com Investidores

DIRETORA DE CONTABILIDADE

Márcia Motta Sá

CONTADOR

Ricardo Basso Gaino
Gerente de Contabilidade
CRC - PR-040021/O-0-S-SP

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas da **Claro Telecom Participações S.A.** - São Paulo - SP. **Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da **Claro Telecom Participações S.A.** ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da **Claro Telecom Participações S.A.** em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais Assuntos de Auditoria ("PAA"):** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos:** A Companhia e suas subsidiárias possuem registrado na rubrica de tributos diferidos ativos no montante líquido de R\$7.562.178 mil em 31 de dezembro de 2019, referentes à imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias e sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, conforme detalhado na nota explicativa 7.2. A Companhia reconhece estes tributos diferidos na extensão do lucro tributável futuro e, devido à subjetividade desta análise, que inclui entre outros, premissas de negócio da Companhia e suas controladas, desempenho externo do mercado e determinados indicadores financeiros, consideramos nossos procedimentos nesta área como um dos principais assuntos de auditoria. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a obtenção do relatório do auditor do componente e revisão dos respectivos papéis de trabalho com objetivo de evidenciar que os procedimentos descritos em nossa instrução de auditoria emitida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria foram realizados. Dentre os procedimentos realizados, destacamos os seguintes: - Utilização de profissionais especializados em tributos para a análise das bases que deram origem aos créditos tributários sob a legislação tributária vigente; e - Utilização de especialistas em avaliação para auxílio na avaliação das premissas e metodologia usadas pela Companhia nas projeções dos lucros tributáveis futuros, tais como evolução das vendas e custos, lucro tributável, aliquotas dos tributos, cálculos aritméticos, bem como comparação de certos dados, quando disponíveis, com outras fontes externas e alinhamento dessas premissas com os planos de negócio aprovados pelos órgãos competentes da Companhia. Adicionalmente, analisamos a adequação das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras pela Companhia. **Imobilizado e intangível, incluindo ágio:** A Companhia e suas subsidiárias possuem registrado nas rubricas de imobilizado (líquido dos efeitos da adoção do CPC06 (R2)/IFRS 16 de R\$5.903.784 mil) e intangível os montantes de R\$35.630.522 mil e R\$10.209.726 mil, dos quais R\$3.595.662 mil são referentes aos ágios provenientes de diversas aquisições de negócios. Para o ágio com saldo de R\$5.903.784 mil, a Companhia executa anualmente o teste de redução ao valor recuperável. Para o ativo imobilizado (líquido dos efeitos da adoção do CPC06 (R2)/IFRS 16) com saldo de R\$35.630.522 mil e intangível com saldo de R\$10.209.726 mil, ambos com vidas úteis definidas, a Companhia efetua o teste de redução ao valor recuperável quando há indicativos de que esses ativos não são realizáveis. O citado teste é efetuado com base em seu plano plurianual de negócios e projeções de fluxo de caixa futuro. As premissas utilizadas neste procedimento estão divulgadas nas Notas Explicativas 3.11 e 3.12 e, devido à subjetividade desta análise, que inclui entre outros, premissas de negócio da Companhia, desempenho do mercado no qual atua e determinados indicadores financeiros, consideramos nossos procedimentos de auditoria nesta área como um dos principais assuntos de auditoria. **Como nossa auditoria conduziu esses assuntos:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a obtenção do relatório do auditor do componente e revisão dos respectivos papéis de trabalho com objetivo de evidenciar que os procedimentos descritos em nossa instrução de auditoria emitida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria foram realizados. Dentre os procedimentos realizados, destacamos os seguintes: - Teste dos controles internos da Companhia sobre o imobilizado e intangível, incluindo os controles internos sobre a redução ao valor recuperável e reavaliação das vidas úteis dos ativos; - Envolvimento de profissionais especialistas em projeções financeiras para auxiliar com as análises sobre as projeções de fluxo de caixa futuro e com os testes de redução ao valor recuperável; - Análise das projeções preparadas pela Administração para determinar o valor recuperável destes ativos, que inclui, principalmente: i) teste das informações financeiras projetadas utilizadas; ii) comparação das premissas e metodologias utilizadas com a respectiva indústria, projetadas e cenário econômico financeiro do ambiente nacional; e iii) análise do uso de método de precificação e de informações externas. Tais informações são derivadas do plano de negócios da Companhia aprovado por aqueles responsáveis pela governança; - Envolvimento de profissionais especialistas em avaliação de ativos na revisão de laudo elaborado por terceiros que suportaram a mudança de vidas úteis de certos grupos do ativo imobilizado, que inclui, principalmente: i) inspeção das evidências das visitórias realizadas pelos especialistas contratados pela Companhia; ii) discussões técnicas com engenheiros da Companhia; iii) análise de benchmarks setoriais; iv) inspeção de consultas a fornecedores dos equipamentos; v) análise dos dados históricos da Companhia; vi) Cálculo da depreciação calculada pela administração da Companhia e vii) confronto com os montantes reconhecidos contabilmente para os grupos de ativos que tiveram sua vida útil alterada. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da Administração, consideramos aceitáveis os critérios e premissas adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, o que está consistente com a avaliação da Administração. **Reconhecimento de Receita:** O reconhecimento de receita da Companhia envolve um alto grau de controle de tecnologia da informação para se assegurar de que todas as receitas de serviços prestados e de mercadorias vendidas tenham sido mensuradas corretamente, e devidamente registradas dentro do período contábil adequado, incluindo as receitas correspondentes a serviços prestados ainda a serem faturadas. As receitas auferidas pela Companhia e suas controladas e seus critérios de reconhecimento no resultado, encontram-se divulgados na Nota

Explicativa 3.19. Tendo em vista a complexidade do processo de reconhecimento de receitas, incluindo o envolvimento da infraestrutura de tecnologia da informação e a assecuração da integridade das informações extraídas dos sistemas de faturamento e utilizadas como elementos essenciais nos cálculos da apuração da estimativa da receita a faturar e, portanto, o correto reconhecimento das receitas da Companhia, consideramos nossos procedimentos nessa área como um dos principais assuntos de auditoria. **Como nossa auditoria conduziu este assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a obtenção do relatório do auditor do componente e obtenção e revisão dos respectivos papéis de trabalho com objetivo de evidenciar que os procedimentos descritos em nossa instrução de auditoria emitida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria foram realizados. Dentre os procedimentos realizados, destacamos os seguintes: - Teste dos controles internos da Companhia; (i) do ambiente geral de controles de tecnologia da informação estabelecidos pela Companhia, que incluem os controles internos sobre o gerenciamento de acesso aos sistemas e dados e o gerenciamento de mudanças nos sistemas; e (ii) controles automatizados estabelecidos pela Administração relacionados ao processo de reconhecimento de receita, bem como, controles internos para assegurar a integridade dos relatórios extraídos dos sistemas que são utilizados para determinação do saldo contábil de receita de serviços a faturar. Nos referidos testes foi identificado algumas limitações no sistema de processamento de dados quanto à manutenção de registros de alterações de períodos passados na tabela de preços relacionada à receita de serviço móvel pré-pago da subsidiária Claro S.A., limitações estas que alteraram a avaliação quanto à natureza, época e extensão de procedimentos substantivos planejados para obter evidências suficientes e adequadas de auditoria referente às referidas receitas da Claro S.A. - Análise do cálculo da estimativa da receita de serviços a faturar; - Teste dos relatórios extraídos do sistema utilizados para cálculo da receita de serviços a faturar; - Exames documentais da receita faturada para uma amostra de transações incorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Levando isto em consideração, baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da Administração, consideramos aceitáveis os critérios e mensuração das receitas, assim como as respectivas divulgações em notas explicativas, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Passivos contingentes tributários:** A Companhia e suas controladas são parte passiva em processos judiciais de natureza tributária em diversas esferas. Conforme divulgado na Nota Explicativa 14.1, o total de causas cuja probabilidade de perda provável é de R\$4.408.455 mil. Devido à relevância, complexidade e julgamento envolvidos na avaliação da possibilidade de perda de cada processo, assim como a estimativa do valor de perda dos processos considerados com probabilidade de perda provável, e também da definição do momento para o reconhecimento, mensuração e divulgações relacionados às provisões e passivos contingentes, consideramos esse assunto relevante para a nossa auditoria. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a obtenção do relatório do auditor do componente e obtenção e revisão dos respectivos papéis de trabalho com objetivo de evidenciar que os procedimentos descritos em nossa instrução de auditoria emitida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria foram realizados. Dentre os procedimentos realizados, destacamos os seguintes: - Teste dos controles internos da Companhia sobre os passivos contingentes tributários; - Entendimento com base em discussões com a Administração e seus assessores legais internos, sobre os processos em andamento, riscos e controles internos implementados pela Administração; - Envio de cartas de confirmação aos assessores jurídicos externos contratados pela Administração indagando quanto ao prognóstico em relação às causas patrocinadas e os valores envolvidos em cada ação que a Companhia é parte e confronto com os registros contábeis correspondentes em 31 de dezembro de 2019; - Testes dos controles internos da Companhia que suportam a elaboração das demonstrações financeiras e suas respectivas divulgações; - Testes de validação aritmética dos montantes registrados pela Companhia em 31 de dezembro de 2019, comparativamente aos controles internos utilizados para apurar as estimativas para os processos em andamento cujo prognóstico foi considerado provável pela Administração. Baseados nos resultados dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da Administração, consideramos aceitáveis os critérios e as estimativas da Administração, assim como as respectivas divulgações na Nota Explicativa 14, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Adoção do novo pronunciamento contábil CPC 06 (R2)/IFRS16:** Conforme descrito na Nota Explicativa 3.2, a Companhia adotou o CPC 06(R2)/IFRS 16 - "Arrendamentos" a partir de 1º de janeiro de 2019, utilizando a abordagem retrospectiva modificada, que permite que as informações comparativas de períodos anteriores não sejam representadas. A adoção dessa nova norma deu origem a ativos de direito de uso e passivos de arrendamento de R\$5.861.480 mil em 1º de janeiro de 2019. A adoção inicial do novo pronunciamento contábil foi considerada como um principal assunto de auditoria devido a sua complexidade e relevância, pois envolveu (i) análise de volume significativo de contratos de arrendamento, (ii) adaptações de sistemas de informação e controles internos, bem como, (iii) o uso de julgamento significativo da Administração na definição de premissas, tais como: a taxa incremental de empréstimo e a determinação dos prazos de arrendamentos, além da adoção dos expedientes práticos trazidos pela nova norma, entre outros. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a obtenção do relatório do auditor do componente e obtenção e revisão dos respectivos papéis de trabalho com objetivo de evidenciar que os procedimentos descritos em nossa instrução de auditoria emitida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria foram realizados. Dentre os procedimentos realizados, destacamos os seguintes: - Entendimento e avaliação dos controles internos relevantes relacionados ao processo de captura dos contratos, identificação dos arrendamentos, monitoramento de alterações contratuais, mensuração, registro e divulgação dos arrendamentos; - Avaliação, com o apoio de especialistas, das principais premissas utilizadas pela Administração da Companhia para adoção inicial da referida norma, bem como dos expedientes práticos adotados permitidos pela norma; - Para uma amostra de contratos, foi efetuada a conferência de dados do arrendamento e recálculo de valores apurados; - Discussão das principais premissas e estimativas utilizadas pela administração para mensuração do passivo financeiro de arrendamento e o direito de uso dos ativos, bem como das contabilizações efetuadas, incluindo aspectos quantitativos e qualitativos; Baseados nos resultados dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da Administração, consideramos aceitáveis os critérios e as estimativas da Administração, assim como as respectivas divulgações na Nota Explicativa, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outros assuntos - Demonstração do Valor Adicionado (DVA):** As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento

Ano
2021
2022

Consolidado
2.976.922
3.093.156
6.070.078

A Companhia estrutura os vencimentos das dívidas de modo a não afetar a sua liquidez. O gerenciamento da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é efetuado diariamente pelas áreas de gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez. **24. Compromissos:** A Companhia e suas controladas têm compromissos por meio de vários contratos operacionais não canceláveis que vencem em datas diferentes, com *capex*, direitos de passagem e serviços, cujos pagamentos são mensais. Em 31 de dezembro de 2019, os valores totais equivalentes ao período integral dos contratos eram:

Consolidado	
2020	2021 a 2024
2021 a 2030	2.070.289
2031 a 2035	1.420.578
Total	5.704.442

25. Seguros: A política de seguros da Companhia foi instituída de acordo com as regras integrantes do Programa de Seguros Mundial constituído pelo Grupo América Móvil, do qual a Companhia faz parte. O respectivo programa visa garantir a reposição das perdas Patrimoniais e Operacionais aos quais a Companhia está sujeita em função de suas operações, estabelecendo apólice em valores suficientes para suportar eventuais perdas. Desta forma objetivando mitigar os riscos e considerando as características específicas das operações adota-se o conceito de Limite Máximo provável de danos em um mesmo evento, tendo como limite de indenização o valor aproximado de R\$1.305.500, abrangendo todas as empresas do grupo. O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguro, a qual foi determinada pela Administração da Companhia e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros. **26. Outras garantias:** A Companhia e suas controladas firmaram cartas de fiança e contratos de seguro, com a finalidade de garantir, principalmente, o pagamento de ações tributárias, civis e trabalhistas no montante de R\$14.051.298 em 31 de dezembro de 2019 (R\$10.872.537 em 31 de dezembro de 2018). **27. Eventos subsequentes:** a) Debêntures: Em 02 de janeiro de 2020 foi aprovada em Reunião do Conselho de Administração ("RCA") da controlada Claro, a 10ª emissão de 2.500.000 debêntures quirográficas (décima emissão), não conversíveis em ações, de valor nominal unitário de R\$1.000,00 (hum mil reais), totalizando R\$2.500.000 de principal, remuneradas a CDI + 0,96% a.a., juros a serem pagos semestralmente a partir de julho de 2020, e prazo de 2 anos, com vencimento final em janeiro de 2022. As debêntures emitidas não têm a garantia. b) Juros sobre Capital Próprio: Em 20 de janeiro de 2020, em AGE, foi aprovada a proposta de pagamento de Juros sobre Capital Próprio na controlada Americal, no valor bruto de R\$1.600, com base no resultado findo em 31 de dezembro de 2019 apurado conforme balanço patrimonial. Nesta mesma data a controlada Americal aprovou a proposta de distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$6.540 a razão de R\$0,003402 por lote de 1.000 (mil) ações, a conta de reserva de lucros a realizar constante no balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2019. c) Efeito do Coronavírus (COVID-19) nas Demonstrações Financeiras: Em 10 de março de 2020, a Comissão de Valores Mobiliários - CVM, emitiu o OFÍCIO/CIRCULAR/CVM/ SNC/SEP/nº 02/2020, no qual destaca a importância de as Companhias abertas considerarem cuidadosamente os impactos do COVID-19 em seus negócios e reportarem nas demonstrações financeiras os principais riscos e incertezas advindos dessa análise, observadas as normas contábeis aplicáveis. Na data da emissão destas Demonstrações Financeiras, a Companhia e suas controladas não vislumbram riscos à continuidade de seus negócios. Não é possível mensurar ou antecipar os eventuais impactos econômico-financeiros futuros decorrentes de uma pandemia do COVID-19.

Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Auditoria dos valores correspondentes ao período e exercício anteriores:** Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório, datado de 28 de março de 2019, sem modificações. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 24 de março de 2020